

*Economia -
Brasil*

Mais investimentos e mais justiça social, prevê Albano Franco.

- 4 DEZ 1985

O pacote econômico incentivará a retomada dos investimentos e a modernização do parque industrial, e criará maior justiça social, ao aumentar tributação sobre as grandes empresas e os salários superiores a 20 mínimos, segundo admitiu ontem em Belo Horizonte o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, ao anunciar que votaria a favor do pacote no Congresso.

Mas acabou revelando que tem recebido muitos telefonemas de empresários insatisfeitos. Lembrou, contudo, que a decisão do governo de reduzir de dez para cinco anos o prazo para depreciação de ativos fixos, como máquinas e equipamentos, incentivará novos investimentos. Isto porque as depreciações reduzem o lucro a ser oferecido à tributação e, portanto, por este lado, as empresas pagarão menos imposto.

No entanto, segundo Albano Franco, tanto a redução do prazo de recolhimento do IPI para automóveis e fumo como a instituição da declaração semestral para empresas com lucro real superior a 40 mil ORTNs levarão muitas empresas a se endividar.

Depois de ressaltar que é preciso acreditar no governo, principalmente no ministro Dílson Funaro, "o primeiro industrial a ocupar a Pasta da Fazenda nos últimos anos", Albano Franco afirmou que o empresariado espera a contrapartida do próprio governo às medidas, ou seja, a redução do déficit público. Para o presidente da CNI, o pacote incentivará os empresários a retomarem os investimentos e as consequências sociais da medida poderão beneficiar indiretamente as indústrias do País.

Albano Franco, que fez palestra sobre o pacto social para os empresários mineiros na Federação das Indústrias de Minas Gerais, reconheceu que a CNI não teve tempo suficiente para examinar o pacote. Mas ele garantiu que seu voto no Congresso é favorável às medidas, "através das quais o governo procura fazer justiça fiscal".

Protestos

O empresariado nacional não pode aceitar mais uma nova ampliação da carga fiscal, pois as empresas já chegaram a limites insustentáveis como pagadoras de tribu-

tos, não podendo o governo exigir maiores sacrifícios. Além disso, os poderes públicos não deram efetiva contrapartida em termos de austidade nos gastos, de melhor aplicação aos recursos disponíveis e de transparência nas contas públicas.

A afirmação é do presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sindicon) no Espírito Santo, João Luiz de Menezes Tovar, cujo nome está sendo articulado por vários empresários para disputar uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte.

Tovar, que no último fim de semana patrocinou a realização do 43º Encontro Nacional da Indústria da Construção, em Vitória, sustentou ser preciso dizer aos responsáveis pela política econômica que, para alcançar a normalização democrática, se torna necessário e imprescindível "dar efetiva e plena execução ao plano de prioridades sociais do governo Sarney". Afinal, lembra o empresário, temos de resgatar "a enorme dívida social que o autoritarismo e a recessão geraram, levando a qualidade de vida de nosso povo, especialmente nas grandes metrópoles, a níveis de pobreza preocupantes".